



500000018642

Câmara de Vereadores de Ouro Preto

CUIDANDO DO NOSSO MAIOR PATRIMÔNIO: AS PESSOAS
Gabinete do Vereador Alex Brito



REQUERIMENTO: 183/23

APROVADO em unívoca discussão

Por _____

Sala das Sessões, 15 de junho de 2023

[Handwritten signature]

Presidente

Com 08 votos a favor e com - Votos contra

AP - Tanico, Matheus, Luciano, Leticia, Keresztes, Sordani

À Mesa Diretora da
Câmara Municipal de Ouro Preto

Senhor Presidente,

O Vereador abaixo-assinado requer de Vossa Excelência, após ouvido o plenário, seja o presente **REQUERIMENTO** encaminhado ao Prefeito Municipal. Secretaria de Cultura e Turismo e ao Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural e Natural de Ouro Preto (Compatri) para que os mesmos encaminhe a esta Casa informações referentes ao pedido de registro do modo de vida republicano das repúblicas da Universidade Federal de Ouro Preto como Patrimônio Imaterial de Ouro Preto.

JUSTIFICATIVA

Tal solicitação se justifica a pedidos dos moradores, ao se buscar um reconhecimento – mesmo que tardio – de que as repúblicas da UFOP são parte do patrimônio cultural de Ouro Preto, então haverá a preservação de algo que é próprio da tradição cultural do município de Ouro Preto, considerando a inserção das repúblicas e dos seus estudantes ao mesmo tempo nos cenários urbano, educacional, cultural e social locais. Com a longevidade das repúblicas, com práticas culturais transmitidas de geração para geração há mais de um século, somada à permanência de um modo de ser, de viver e de coexistir próprios que é um patrimônio imaterial de inestimável valor cultural para a cidade de Ouro Preto, logo estamos diante de um bem cultural que precisa ter a garantia do reconhecimento oficial ou institucional. O sentimento de continuidade e de identidade dos (as) moradores (as) e dos (as) seus (suas) ex-alunos (as), a importância cultural desses lugares em que estão assentadas as repúblicas para a memória, a história, a formação cultural da sociedade, o sentimento de pertencimento e de referência cultural que são construídos nesses locais e a produção de práticas culturais coletivas são alguns aspectos que precisamos considerar. As repúblicas também precisam ser compreendidas como resultados de conquistas dos estudantes, considerando que o sistema de repúblicas de Ouro Preto foi formado majoritariamente através de reivindicações, protestos, ocupações, negociações, ações e muito trabalho. A manutenção dessas casas também é outro ponto a ser considerado, principalmente com o esforço dos (as) moradores (as) e apoio dos (as) alunos (as). O registro como patrimônio imaterial do bem cultural em questão permitirá a sua valorização e a sua preservação, considerando inclusive que esse passo a ser dado vai de encontro aos anseios de preservação desse bem cultural imaterial pela comunidade ouro-pretana e dos próprios membros dessas comunidades universitárias.

Sala de Sessões, 14 de Junho de 2023.

Câmara Municipal de Ouro Preto

Protocolo

Nº 40901

Correspondência Recebida

Em 14/06/23

Ass. 16h00 Hs e 15h12 Min

ALEX SILVA DE

BRITO:0761225

6681

Vereador Alex Brito - CIDADANIA

Assinado de forma digital
por ALEX SILVA DE
BRITO:07612256681
Dados: 2023.06.14
14:34:04 -03'00'



VIDA REPUBLICANA DAS REPÚBLICAS ESTUDANTIS DA UFOP COMO NOVA POSSIBILIDADE DE REGISTRO COMO PATRIMÔNIO IMATERIAL EM OURO PRETO

Otávio Luiz Machado¹

RESUMO: A preservação do modo de ser e de viver dos estudantes que vivem em repúblicas instaladas em imóveis da UFOP está começando a ser materializado com o pedido de registro junto ao município de Ouro Preto. As repúblicas existem hoje porque os estudantes de Ouro Preto lutaram bravamente para conquistar essas casas, inclusive cuidando e preservando as mesmas até os dias de hoje. Se são bens representativos da história e da cultura de Ouro Preto, logo o modo de ser das pessoas precisa ser respeitado e tolerado, principalmente quando um lugar de referência para um grupo social (mas também para outros atores sociais) têm uma continuidade histórica, importância para toda a coletividade e concentra práticas culturais coletivas. A omissão e o descaso não podem e nem devem prevalecer, é preciso dar espaço a ações e postura pelo interesse público. A pandemia trouxe uma questão de perda de ritmo no tocante à troca de experiências entre atuais habitantes das repúblicas e antigos membros, além da impossibilidade da maioria dos novos membros de viver plenamente a vida republicana. Só com o reconhecimento cultural desse bem cultural (e com a implementação de uma série de ações) será possível reverter danos e atender aspectos jurídicos que vem sendo ignorados pelo poder público numa cidade que vende a imagem de patrimônio cultural mundial da humanidade mesmo com tantas inconsistências e deficiências.

Palavras-chaves: estudantes; Ouro Preto; patrimônio imaterial; singularidade; repúblicas.

ABSTRACT: The preservation of the way of being and living of students who live in dormitories installed in UFOP properties is beginning to materialize with the application for registration with the municipality of Ouro Preto. The republics exist today because the students of Ouro Preto fought bravely to conquer these houses, including taking care of and preserving them until today. If they are representative assets of the history and culture of Ouro Preto, then the people's way of being needs to be respected and tolerated, especially when a place of reference for a social group (but also for other social actors) has a historical continuity, importance for the entire community and concentrates collective cultural practices. Omission and neglect cannot and should not prevail, it is necessary to give space to actions and posture in the public interest. The pandemic brought a question of loss of pace with regard to the exchange of experiences between current inhabitants of republics and former members, in addition to the impossibility of most new members to fully live republican life. Only with the cultural recognition of this cultural asset (and with the implementation of a series of actions) will it be possible to reverse damages and address legal aspects that have been ignored by the public authorities in a city that sells the image of world cultural heritage of humanity even with so many inconsistencies and deficiencies. **Keywords:** students; Ouro Preto; intangible heritage; singularity; republics.

Introdução

O trato com a cultura brasileira passa pela questão do pertencimento, considerando que não “não há democracia sem pertencimento”, conforme foi pensado por um dos expositores no **Seminário Nacional de Direito do Patrimônio Cultural: do Decreto-Lei 25/37 a um Código**

¹ Mestre em Sociologia, Editor da Editora Prospectiva.

E-mail: otaviomachado3@yahoo.com.br

Brasileiro de Patrimônio Cultural - Desafios e Possibilidades". Quando tratamos da identificação de um bem parte do patrimônio cultural, a percepção de um panorama de regras institucionais/legais e de vivências com a comunidade em que ele está inserido é fundamental, porque "não é de hoje que a humanidade tem demonstrado preocupação com a preservação de suas heranças culturais e adotando medidas jurídicas objetivando a proteção de bens portadores de referências à sua identidade, ação e memória" (Miranda, 2021, p. 22).

Se a "tendência do Estado contemporâneo é a de ampliar a proteção aos interesses sociais, coletivos e difusos, por via constitucional" (Pires, 1994, p. 47), então "não há como compreender a salvaguarda do patrimônio imaterial sem se imiscuir da própria proteção do patrimônio cultural brasileiro" (Costa, 2020, p. 111). O que exigiu ao longo das últimas décadas a implementação de legislações, políticas e programas concretos visando efetivar os direitos culturais e a garantia da preservação e da promoção da cultura, especialmente no quesito dos bens intangíveis (IPHAN, 2006).

Para além dos aspectos legais, também precisamos entrar no terreno do conhecimento sobre a realidade local, inclusive pensada de forma integrada regional e nacionalmente. Se "o conhecer é o primeiro passo para 'proteger' essas referências – pois é preciso antes de mais nada identificá-las, enunciá-las" (Fonseca, 2001, p. 114), a busca pela valorização e pelo reconhecimento de um bem cultural passa primordialmente pelo nível de conhecimento sobre ele. No nosso caso, salientando que, mesmo estando diante de uma cidade patrimônio cultural da humanidade, a história desse local é muito pouco levantada diante da dimensão existente, além de não ser acessível o pouco que se produz para o conjunto de sua população. O direito à memória fica negligenciado ou escanteado, pois ganham destaque os grandes monumentos, os grandes feitos e eventos, os grandes nomes. As narrativas precisam ser expandidas.

Muitas questões precisam ser inicialmente apontadas, tais como a de que as políticas de patrimônio cultural passam pela questão da memória, que o patrimônio cultural liga dimensões materiais e imateriais que se relacionam, que os processos culturais são múltiplos e distintos. As repúblicas estudantis da UFOP podem ser configuradas como um bem cultural que possui um caráter de exemplaridade. O primeiro é o pioneirismo como primeira ação coletiva com efetivo resultado de preservação do patrimônio histórico de Ouro Preto, que tornou-se uma tradição estabelecida. O segundo, o financiamento da preservação desses imóveis vem sendo feito nas últimas décadas com recursos de ex-alun@s, além da realização de captação de recursos dos seus habitantes especialmente através de festas. Temos, no caso das repúblicas, a conjunção do seu pioneirismo como ação efetiva de preservação do conjunto urbano de Ouro Preto, somado à continuidade da preservação e manutenção dos imóveis como parte do seu patrimônio imaterial. Como lugar de memória, as repúblicas são fonte de expressões culturais vivas, dinâmicas e importantes para Ouro Preto. Suas marcas vão além das paredes.

Em 2006, com a criação da Associação dos Moradores das Repúblicas Federais da UFOP (REFOP), o objetivo primordial foi o de organizar o sistema de repúblicas da UFOP, tendo como pontos primordiais o de criar regulamentações das repúblicas e produzir maior integração das repúblicas entre si e com a gestão da universidade. O ganho dessa entidade foi o de manter o sistema de repúblicas com a apresentação de documentos sobre a sua história e o presente, além de responder aos questionamentos feitos em cima das repúblicas por órgãos diversos e pela própria comunidade ouro-pretana. Um fórum republicano foi conquistado, além de iniciativas e projetos comunitários que até os dias de hoje favorecem a população local.

Com o crescimento da UFOP, também aumentaram os desafios em torno das repúblicas, principalmente as responsabilidades públicas. Em 2017, a REFOP ainda começou uma primeira movimentação para se entrar com um pedido de registro das repúblicas como patrimônio imaterial, o que não foi adiante diante da pandemia.

É importante valorizar Ouro Preto como uma cidade estudantil como ela assim existe, sendo responsabilidade exclusiva do poder público municipal reconhecer muito além da importância

econômica das repúblicas, mas sobretudo os seus aspectos culturais, como o modo de viver republicano que ultrapassou um centenário. Não existe uma cidade com grande importância histórica para a humanidade sem o reconhecimento das memórias, das tradições e da história de uma comunidade com grande lista de contribuições para esse lugar, como é o caso das repúblicas estudantis da UFOP. O reconhecimento das repúblicas da UFOP é o reconhecimento do próprio papel da UFOP em Ouro Preto. Temos uma Universidade Federal de Ouro Preto, o que na vida das pessoas humildes da cidade é preciso reforçar que temos uma Universidade Federal em Ouro Preto, a serviço de Ouro Preto, com história e contribuições históricas e atuais para Ouro Preto. Os pequenos empreendimentos e os trabalhadores autônomos atuam para membros da comunidade ufopiana.

Em um texto do Professor Miguel Arrojado Lisboa datado de 1948 e citado por Carvalho (2010, p. 86), a identificação do ambiente estudantil republicano como diferencial na formação profissional foi apontada:

“A vida do estudante de Ouro Preto tinha seu ambiente próprio, era muito mais afetiva e pelo menos tão intelectual quanto a vida do estudante de nossas Faculdades nas grandes cidades. Esse ambiente favorecia o desenvolvimento de um espírito, uma mentalidade característicos que acompanhavam os ex-alunos pelo resto de suas vidas”.

Por mais mudanças na sociedade e na Universidade tenham ocorrido – o que é natural e faz parte do processo civilizatório –, os elementos fundantes da vida republicana foram mantidos. Sem contar que a história produzida está sob a guarda dos detentores desse patrimônio.

1. As repúblicas possuem um valor cultural para Ouro Preto

Por mais que persista em parte no imaginário social de Ouro Preto a associação das repúblicas estudantis existentes na cidade a aspectos negativos (inclusive de uso indevido da cidade), a correção de visões limitadas ou até mesmo preconceituosas exige a busca de interpretações cuidadosas baseadas em fatos. Que alcancem um universo representativo de dados, sem enviesamentos.

A história das repúblicas remetem ainda ao período de Ouro Preto como capital de Minas Gerais. Quando a capital foi transferida para Belo Horizonte, em 1897, as repúblicas continuaram e se expandiram na antiga capital. Muitos dos imóveis que ficaram abandonados, tornaram-se habitação estudantil. Ao longo do processo de ocupação dos imóveis de Ouro Preto, os estudantes chegaram a assumir casas com de mais de duzentos anos de existência na sede do município. Também foram os estudantes que assumiram os imóveis para serem mantidos após o primeiro movimento efetivo de preservação do patrimônio histórico e artístico de Ouro Preto, que começou com a Casa do Estudante de Ouro Preto em 1946 (seguido da Casa do Estudante da Escola de Minas em 1953). Além das duas entidades privadas, a Escola de Farmácia, a Escola de Minas e a Universidade Federal de Ouro Preto adquiriram casas para repúblicas. De forma permanente e perene por décadas, os imóveis são administrados e mantidos pelos próprios estudantes, inclusive de algo que vai além do patrimônio de “pedra e cal”.

Desde o século XIX, o modo de vida republicano foi construído, afirmando-se como uma característica própria de Ouro Preto, como a manutenção dos imóveis pelos próprios moradores, a vida coletiva com rituais e cerimoniais específicos (escolha dos novos membros, ambiente de irreverência, transmissão e reprodução das características evidenciadas pelos antigos membros). O modo de viver refere-se às práticas, tradições, expressões, conhecimentos e técnicas transmitidos de geração em geração dentro da comunidade republicana. O patrimônio imaterial engloba aspectos intangíveis da cultura, que são vivenciados e compartilhados

coletivamente. Essas formas de vida são enraizadas nas tradições culturais e no conhecimento acumulado ao longo do tempo. O patrimônio imaterial está intrinsecamente ligado à noção de pertencimento e identidade cultural. Essas práticas e expressões culturais são parte integrante da vida cotidiana das pessoas, moldando suas relações sociais, percepção de si mesmas e seu lugar na sociedade. O modo de viver característico do patrimônio imaterial é transmitido através da oralidade, da observação direta, da participação ativa e da reprodução de conhecimentos, permitindo que essas tradições se perpetuem ao longo do tempo.

É importante preservar e valorizar o patrimônio imaterial, assim como é essencial compreender a diversidade cultural, fortalecer as identidades locais e promover o diálogo intercultural. A noção de pertencimento a um contexto urbano refere-se ao sentimento de conexão, identificação e pertencimento que as pessoas têm em relação à cidade em que vivem ou frequentam. Envolve a sensação de estar enraizado na comunidade, de compartilhar valores, história e cultura com os outros habitantes da cidade, bem como de se sentir parte integrante do ambiente urbano em si. Uma característica importante dos que moram em repúblicas é o de levar como “título” para sua vida profissional a condição de que “estudou em Ouro Preto”. O que é um bem cultural existente em Ouro Preto que vem sendo identificado pela sua importância para a formação da sociedade brasileira em estudos ao longo do tempo que se mantem atuais:

“Além disso, o acanhado ambiente de Ouro Preto, que não mudou muito nos últimos cem anos, e o sistema de repúblicas estudantis que, longe de decair, continua crescendo, tornam os alunos seguramente mais dedicados aos estudos do que o de outras universidades localizadas em centros maiores. O fato é reconhecido mesmo pelos críticos. Desde a década de 1940, os alunos se transformaram no componente mais dinâmico da Escola” (Carvalho, 2010, p. 153-154).

Por mais que mapeamos as repúblicas percebendo os seus aspectos fulcrais mantidos ao longo de décadas até os dias de hoje, a cada etapa vemos o bem cultural atendendo plenamente no quesito da continuidade histórica. Mas não se pode ignorá-lo do ponto de vista de ações oficiais. A construção do futuro passa pelo reconhecimento cultural e a garantia de direitos culturais para se construir um futuro inclusivo e sustentável. A cultura desempenha um papel crucial na identidade de uma comunidade e na promoção do desenvolvimento humano. Garantir os direitos culturais significa reconhecer e respeitar a diversidade cultural de uma sociedade, promovendo a igualdade de acesso e oportunidades para todos os grupos e indivíduos. Isso inclui o direito de participar na vida cultural, o direito à liberdade de expressão e o direito de preservar, desenvolver e compartilhar sua própria cultura. Isso implica em promover a participação ativa das comunidades locais na tomada de decisões relacionadas à cultura, garantindo que suas vozes sejam ouvidas e respeitadas.

O pertencimento urbano é construído através de diversos elementos, como interações sociais, experiências vivenciadas na cidade, identificação com símbolos e marcos urbanos, participação em eventos e atividades locais, e a própria percepção da cidade como um espaço que representa e acolhe a identidade individual e coletiva das pessoas. Esse sentimento de pertencimento é fundamental para a qualidade de vida das pessoas nas cidades, pois influencia diretamente seu bem-estar emocional, social e psicológico. Quando as pessoas se sentem conectadas à cidade em que vivem, elas tendem a ser mais engajadas, participativas e responsáveis em relação ao desenvolvimento e cuidado do espaço urbano. Além disso, o pertencimento urbano também está associado à construção de uma identidade coletiva e à criação de uma comunidade mais coesa. Quando os indivíduos se identificam com sua cidade, eles têm mais propensão a se envolverem em projetos comunitários, a se preocuparem com questões sociais e ambientais locais e a colaborarem com os esforços de melhoria da cidade. No entanto, é importante destacar que o pertencimento urbano pode ser vivenciado de maneiras diferentes por cada indivíduo.

Alguns podem se sentir mais conectados com bairros específicos, enquanto outros podem ter uma identificação mais ampla com a cidade como um todo. Além disso, fatores como idade, origem étnica, classe social e histórico de relacionamento com a cidade também podem influenciar a forma como as pessoas se sentem em relação ao contexto urbano. Em resumo, a noção de pertencimento a um contexto urbano envolve o sentimento de conexão, identificação e pertencimento das pessoas em relação à cidade em que vivem, contribuindo para a formação de uma identidade coletiva, o engajamento comunitário e o bem-estar geral dos indivíduos.

Quando tratamos de repúblicas, além do cenário cultural em que essas casas e as pessoas nela viventes contracenam com Ouro Preto, também precisamos entender que são lugares de memória. Vandico lembrou que a casa da atual República Pif-Paf pertenceu ao construtor Juvenal dos Santos. E que no quintal do imóvel “havia secular jabuticabeira (Silva, 2018, p. 101). Em seu livro trouxe alguns fatos da história estudantil de outrora, que acabaram se incorporando ao universo de anedotas locais. Mas que também podemos incorporar outros eventos históricos que tiveram tudo isso como cenário, como o famoso e mágico Festival de Inverno da UFMG ou a repressão durante a famigerada ditadura civil-militar de 1964 e seus longos 21 anos.

2. A apresentação de uma proposta de registro ao município de Ouro Preto (2022)

É importante frisar inicialmente que acionamos o poder público municipal para buscarmos a garantia de um direito cultural. A proposta que submetemos à Secretaria Municipal de Cultura de Ouro Preto em janeiro de 2022 – com os principais elementos para a abertura de um processo de registro da vida republicana das repúblicas da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) – possui dados essenciais para a ampliação de questões como a diversidade, a pluralidade e a tolerância cultural, além da garantia de direitos culturais de toda uma população (considerando que esse registro vai avançar no sentido de mais ações em prol da população de Ouro Preto).

No começo de 2022, como autor da proposta, então realizamos a criação do Projeto Ouro Preto Patrimônios (**PROPATRI**). É uma atividade que vem produzindo pesquisas apontando que o registro da vida republicana das repúblicas da UFOP como patrimônio imaterial de Ouro Preto vai além de um reconhecimento cultural, mas é um instrumento para que a comunidade republicana possa fazer muito mais por esse município de Ouro Preto.

As repúblicas existem hoje porque os estudantes de Ouro Preto lutaram por elas. Foi em função da busca de imóveis para se abrigar estudantes que se criou um movimento muito forte nas décadas anteriores para a preservação do patrimônio histórico da cidade. São mais de um século de contribuição dos estudantes e suas repúblicas para Ouro Preto. É parte da história e do presente da cidade, o que reforça a importância do modo de viver republicano no processo de construção da identidade cultural com Ouro Preto. É urgente o reconhecimento cultural das repúblicas para que se possa favorecer um conjunto de medidas que garantam a integridade e preservação da vida republicana, inclusive seguida de muito mais ações em prol do povo de Ouro Preto. Somente com ações efetivas coletivas é que podemos falar de uma posição de alinhamento visando se elevar ao máximo o uso das potencialidades existentes nas repúblicas em prol de Ouro Preto.

O conjunto de cerca de 60 repúblicas (entre as pertencentes ao patrimônio público federal ou proprietárias dos próprios imóveis) estão como as repúblicas que inicialmente teriam sua vida republicana registradas como patrimônio imaterial. Os territórios concentradores de repúblicas (que mantêm convivência e relações entre si) estão nas seguintes regiões: Rosário, Praia do Circo, Brejo, Centro Histórico, Vila dos Tigres, Antônio Dias, Lajes e Campus Universitário. A maioria estão em imóveis tombados pelo IPHAN, além de estarem preservados ou mantidos pelas características existentes no modo de se viver, de se ser, de se conviver e de transmissão de práticas e saberes de geração em geração. É incutido entre os seus detentores

e os seus praticantes um sentimento de pertencimento, identidade e continuidade, tendo a ligação ao passado um elemento de acesso às tradições, o que significa dizer que existe a criação, a manutenção e a transmissão de um modo de vida com uma configuração cultural singular.

A vida republicana está ligada à autogestão, que foi uma conquista histórica dos estudantes. Mas outros elementos precisam ser apontados, como a batalha de vaga e escolha dos bixos, inauguração dos quadrinhos dos formados, presidência (e caixinha), bondes, a arte de receber as pessoas na casa, festas e a relação diretamente com a comunidade ouro-pretana e republicana e a UFOP, além do cumprimento do estatuto das repúblicas e de participação na REFOP. A conexão d@s ex-alun@s com a república e seus (suas) moradores (as) é um outro ponto característico desse patrimônio imaterial, considerando que a transmissão desse modo de vida é incentivado e espelhado por que já morou e sempre participa da vida ou volta de tempos em tempos para vivenciar com quem lá vive trocas culturais.

3. História, memória e a função social do patrimônio cultural em Ouro Preto

Quando tratamos do sistema de repúblicas de Ouro Preto precisamos remeter a uma relação histórica que ultrapassa um século de existência. Um dado importante para identificar as repúblicas como patrimônio cultural de Ouro Preto são as matérias de jornais e livros especialmente a partir dos anos 1930. Os autores dessas produções identificaram as repúblicas e seus estudantes como bem cultural de Ouro Preto. Em Machado (2022), então foram apresentadas matérias diversas de veículos como Jornal do Brasil, Revista Alterosa, O Cruzeiro, etc. que citaram tais conteúdos.

No trabalho de identificar, de valorizar e apresentar a identidade cultural das repúblicas e seus estudantes com o conjunto do patrimônio existente dentro de uma série histórica contínua, a identificação das memórias dos estudantes do curso de museus do Museu Histórico Nacional (MHN) do Rio de Janeiro foi um grande achado. A data de início desses registros no longínquo ano de 1945 chamou a atenção, além do excelente diário de campo que registrou as repúblicas dentre os bens culturais à época:

“As ‘repúblicas’ eram, para mim, um encantamento sem par, pois morei em duas ou três, nos meus tempos de estudant em ‘Belorizonte’. Mas as de Ouro Preto eram diferentes, mais curiosas, mais ‘repúblicas’, mais interessantes. (...) Só mesmo quem já foi estudante, como eu, pode compreender as ‘repúblicas’ e a vida que os estudantes levam dentro delas” (Pitaguary, 2006, p. 86-87)

Em muitas produções históricas sobre Ouro Preto encontramos referências às repúblicas estudantis, como em Rache (1954), Racioppi (1940), Bandeira (1967), Carvalho (2010), Godoy (2019), Machado (2022), Silva (2018), Meniconi (2000), dentre outros. Somada a essa produção, também encontramos nos destaques de publicações de entidades da própria cidade, a inclusão das repúblicas conectadas à história de Ouro Preto, como é o caso da Academia Ouro-Pretana de Letras. No texto dedicado à Mariazinha Lima (que chegou em Ouro Preto no ano de 1916), a citação da homenagem que a mesma recebeu de uma república foi destacada: “É, ainda, madrinha da República Marragolo, onde está o seu retrato, devidamente colocado em lugar de destaque, e sempre que pode, prestigia os eventos lá realizados” (Academia Ouro-Pretana de Letras, 2011, p. 62).

São muitos registros da história de Ouro Preto guardados nas repúblicas e nas memórias de ex-alun@s. Em Machado (2022) pudemos apresentar várias informações relevantes sobre como a história de Ouro Preto não pode deixar de ser registrada sem as repúblicas estudantis. Nos documentos intitulados “Dolorosas” da República Vaticano, a partir dos anos 1940, temos vários registros de acontecimentos locais de Ouro Preto. A rotina da cozinheira “Sá Maria” com

os moradores, as compras de lenha e mantimentos no comércio local, os desafios da vida republicana e da administração da república marcam esses registros. Os detalhes de uma casa de estudante inserida na comunidade ouro-pretana registrados nesse conjunto documental são mantidos, tendo como guardiões dessa história os atuais moradores. São recorrentes as consultas às “Dolorosas” pelos ex-alunos que visitam as repúblicas, que inclusive fazem questão de mostrar aos atuais moradores como era a vida republicana nos seus respectivos períodos enquanto estudantes.

A história e o presente da contribuição dos estudantes na preservação do patrimônio histórico de Ouro Preto vai além do que é feito nas repúblicas. Na matéria “Estudantes defendem tradições” (que foi publicada no jornal O Estado de S. Paulo em 22/06/1967) tivemos a divulgação de um dos movimentos diretos em prol do patrimônio local como um todo: “Os estudantes da Escola de Minas de Ouro Preto encaminharam ontem ao procurador-geral da República ofício em que pedem providências do governo federal contra o prefeito Genival Laves Ramalho, que decidiu modernizar a cidade, inclusive derrubando construções tombadas pelo Patrimônio Histórico Nacional”.

A opção de ocupar prédios históricos para preservação histórica chegou a ser pensada a nível nacional. Na matéria do intitulada “as repúblicas de estudantes podem ser restabelecidas” (O Estado de S. Paulo de 20/07/1979, p. 14), o MEC pensou em atuar conjuntamente com o IPHAN com a destinação de casas para serem administradas pelos próprios estudantes:

“O Ministério da Educação poderá restabelecer o sistema de repúblicas, desativando a fórmula adotada atualmente pelas universidades de concentrar estudantes em grandes alojamentos, especialmente construídos para esse fim. A idéia foi apresentada ontem pelo Departamento de Assuntos Estudantis do MEC ao ministro Eduardo Portella, que a aprovou. Os primeiros estudos já foram iniciados, tendo em vista, principalmente, nessa fase inicial, a possibilidade de realização de um trabalho conjunto com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, **para aproveitamento das casas e prédios tombados pelo Patrimônio Histórico.** O diretor geral do Departamento de Assuntos Estudantis do MEC, professor Hécio Saraiva, informou ontem que dois projetos-pilotos poderão ser implantados logo pelo DAE, em São Luís e em Ouro Preto, utilizando para isso prédios e casas do IPHAN”.

O próprio MEC reconhecia as dificuldades dos alojamentos, inclusive na inserção dos estudantes na convivência de grupo e outros aspectos que pesavam à época: “O atual sistema adotado pelas universidades para alojamentos estudantis apresenta sérios problemas de vida coletiva, como grandes custos e capacidade ociosa, na opinião do professor Hécio Saraiva”. Por mais que essa política nacional não tenha atingido o seu resultado em outros locais, o que podemos afirmar com propriedade é que as repúblicas administradas pelos próprios estudantes com um modo de viver característico é uma particularidade de Ouro Preto. É um fenômeno social e cultural próprio, que foi construído historicamente ao longo de mais de um século. A função social conjunta dos moradores e ex-alunos desempenhado no nível que chegamos em prol de uma cidade como um todo não existe outro exemplo além das terras da antiga Vila Rica. Não se pode esquecer que a UFOP foi formatada para ser instalada em Ouro Preto atendendo inclusive aos apelos locais, considerando a possibilidade da instituição ter sido convertida em um campus avançado de outras instituições, o que não faria ela ganhar a dimensão que possui atualmente.

No mesmo ano em que o MEC pensava uma saída para as moradias universitárias do Brasil, a UFOP começava o seu processo de consolidação como instituição. A retomada da ampliação do campus universitário da UFOP no Morro do Cruzeiro nasceu com a construção de doze repúblicas, que terminariam de ser entregues em 1982. O Reitor à época, Antônio Fagundes de Souza, relatou o seguinte em entrevista concedida ao autor em 2002: “O que é que é uma instituição universitária? É aquela que tem abrangência para todas as atividades humanas

inseridas na comunidade. E que possam renovar sempre as inovações desta mesma comunidade”. As repúblicas – juntamente com a UFOP – percorreram um longo caminho para se chegar ao atual nível de convivência e de contribuição com a comunidade local.

4. Relação estudantes e comunidade ouro-pretana estabelecida

Os dados coletados pelo PROPATRI são categóricos ao apontar a ampliação da boa convivência dos estudantes de repúblicas com a comunidade local estabelecida. Identificamos o belo trabalho realizado pelas entidades como a REFOP (Associação de Moradores das Repúblicas Federais de Ouro Preto), a ARROP (Associação das Repúblicas Reunidas de Ouro Preto) e a AMORECU (Associação dos Moradores das Repúblicas do campus universitário). Também conseguimos reconstituir informações históricas sobre várias experiências exitosas existentes, além de concluir que aquilo existente no passado como experiência de conflitos e relações negativas chegou aos dias atuais no nível extremamente reduzido.

A relação d@os republican@s com a Igreja Católica vem sendo ampliada através das pastorais da juventude e universitária. O propósito e as ações em voga apontam para a participação ainda mais d@os republican@s nas ações comunitárias, como: a Campanha do Agasalho, o Trote Solidário, a Festa Beneficente é Pra Fechar, o Projeto Universidade Desce o Morro, as diversas campanhas feitas em festividades entre republican@s, as campanhas feitas durante a pandemia por inúmeras repúblicas ou por grupos de repúblicas associadas (vide o caso da Paraná Solidária), as campanhas em prol especialmente ao Lar São Vicente de Paulo. E parte dos artistas ouro-pretanos retrataram as repúblicas em suas obras, o que favorece ainda mais o argumento de que existe uma identidade cultural desse bem cultural com a cidade.

5. Apoio popular e interesse dos detentores no registro da vida republicana como patrimônio imaterial de Ouro Preto

O apoio popular para o registro foi documentado com a coleta de assinaturas e de registros de inúmeros depoimentos de membros da comunidade ouro-pretana nesse sentido. Outro ponto forte de ligação da proposta com a comunidade foi a produção e lançamento do livro **Sentidos de pertencimento e identidade cultural: as repúblicas estudantis de Ouro Preto e o patrimônio imaterial**, cujo lançamento aconteceu na Biblioteca Pública Municipal de Ouro Preto (no dia 02/04/2023), quando aconteceu a doação de exemplares para todas as escolas públicas municipais e estaduais do município de Ouro Preto.

A interação que as repúblicas mantem com a comunidade ouro-pretana desde longa data – que é sempre alimentada com novas ações e contribuições – também é outro ponto que fortalece a proposta de registro. Por mais que alguns setores desinformados tentem criar uma imagem de uma suposta dissociação ou divórcio entre repúblicas e a comunidade ouro-pretana, o que visualizamos a cada momento é a ampliação de laços comunitários, a criação de novas conexões. A própria repercussão positiva do livro **Sentidos de Pertencimento** na própria comunidade ouro-pretana é um dado a ser considerado para reforçar a proposta de registro da vida republicana das repúblicas da UFOP como patrimônio imaterial de Ouro Preto. Segundo Dona Ica (Maria José Germano de Azevedo), que atua na Casa de Cultura de Padre Faria, o livro foi uma iniciativa que trouxe conexões entre as pessoas (sendo um instrumento para diminuir as fronteiras humanas e geográficas de Ouro Preto):

“É muito bacana e uma ideia excepcional do livro, porque é através do livro também é uma das maneiras das pessoas se conhecerem. Eu acredito que esse livro foi como uma ponte, porque até então muitas as vezes as pessoas do centro e de outros bairros não sabiam do que acontece em outros bairros. Esse livro na minha memória ele vai ficar como uma ponte. Uma ponte que veio trazer alegria. Uma ponte para o bem”.

Muitas iniciativas em prol da comunidade acontecem diariamente, inclusive as repúblicas são pontos de memória que promovem o desenvolvimento comunitário.

6. Papel d@s ex-alun@s e das entidades associativas de antigos estudantes

Os habitantes de Ouro Preto ouvidos pelo PROPATRI reconhecem o papel d@s ex-alun@s na manutenção da vida republicana dentro das atribuições que lhe são próprias, como fonte de memórias sobre a cidade e de apoio ao financiamento das casas (junto com ações d@s estudantes). É um valor imaterial reconhecido, principalmente se considerarmos a quantidade de relações dos antigos repúblicos com membros da comunidade ouro-pretana de forma permanente. Outro fato a apontar é sobre o retorno dos antigos repúblicos, especialmente durante a chamada Festa do 12: “Paralelo à cerimônia oficial as repúblicas estudantis também promovem um conagraçamento entre alunos e ex-alunos, convidados e comunidade, com muita bebida, som e alegria” (COMISSÃO OURO-PRETANA DE FOLCLORE, 2014, p. 30).

O ex-aluno Victor Hugo Bitú Patrício (Gyringonça) relatou durante o lançamento do livro (Machado, 2022) que “As histórias que acontecem aqui em Ouro Preto elas acabam conectando pessoas” e que “todo mundo que vem aqui para estudar acaba assim fazendo um pouco parte da história na cidade e sendo influenciando por essa história”. O que só reforça que o dever do poder público de zelar pela cultura significa propiciar o acesso e a garantia de direitos culturais, sendo o respeito à história de Ouro Preto um ponto necessário para ganhar espaço cativante.

7. Questão dialógica na proposta de registro da vida republicana como patrimônio imaterial: posturas efetivas do poder público

Para mantermos a proposta apresentada ao município como uma construção coletiva com diálogo com amplos setores, então fomos a campo dialogar e/ou apresentar a proposta com os mais diversos atores institucionais, tais como IPHAN, IEPHA, MPMG, UFOP, UNESCO, IFMG, além diretamente com setores populares nos bairros. O que foi retornado desses diálogos foi bastante positivo, o que nos levou ao aprofundamento de pesquisas e levantamentos para embasar a nossa proposta de registro. Pelo que observamos, o que não se pode aceitar é a existência quaisquer interferência autocrática no decorrer do processo de avaliação de abertura do processo de registro, considerando que “o exercício das liberdades humanas e o acesso ao patrimônio cultural enquanto memória do que fomos só não interessa a um Estado autoritário e anti-democrático” (Reisewitz, 2004, p. 115). Nem se pode aceitar a construção de juízos de valor, narrativas falsas sobre o bem que se pretende registrar e hipóteses fora da realidade (especialmente vindas de documentos do poder público), pois tais elementos podem ser encarados como abusos das prerrogativas legais ou o estabelecimento de posições pessoais de membros da administração pública com o intuito de fazer valer interesses individuais.

O que mais encontramos por parte dos que buscam criar narrativas contrárias à proposta de registro são posições permeadas por anacronismo, erros históricos básicos e pouca base conceitual e empírica, inclusive pouco esforço para estudar fatos, dados e comprovações positivas existentes. Até para se fazer um contra-ponto é preciso ter fontes embasadoras, pois estamos diante de um objeto multifacetado e plural. É preciso pensarmos o presente e o futuro de Ouro Preto com a presença de todos os atores sociais e culturais somando com esse local especial, sem ficarmos presos às narrativas que não fazem mais sentido no presente. É dos desafios reais e urgentes que precisamos nos debruçar para realmente atendermos as necessidades humanas e favorecer o interesse público.

É preciso salientar que “no caso de omissão dos Poderes Executivo e Legislativo acerca da proteção do patrimônio cultural brasileiro, o Poder Judiciário poderá ser acionado para efetivar

a correção” (Miranda, 2021, p. 36), inclusive temos um corpo de membros do MPMG muito atuantes no campo do direito do patrimônio cultural nos municípios mineiros.

A proteção cultural envolve a preservação, valorização e promoção do patrimônio cultural de uma comunidade ou nação. Dentre os instrumentos de proteção que entendemos estabelecer pertinência para o bem cultural apresentado é o registro:

“A proteção que o registro é capaz de oferecer se materializa no reconhecimento da existência e valor de determinada manifestação cultural. Registrar documentalmente a existência da manifestação é ato protetivo na medida em que constitui prova capaz de dar suporte a ações que visem a impedir posterior utilização indevida dos conhecimentos e práticas envolvidos na manifestação cultural” (*idem*, p. 168).

Na importante discussão sobre os princípios constitucionais culturais, o recorte sobre alguns pontos precisa ser feito. Se “o *princípio do respeito à memória coletiva* encerra a ideia de que todo o acervo cultural produzido pela nação não pode ser desconsiderado nas práticas públicas, devendo-se levar em conta tudo o que já foi vivenciado e feito por aqueles que antecederam a geração presente” (Cunha Filho, 2020, p. 76), logo as garantias constitucionais precisam ser enfatizadas e respeitadas como questão basilar principalmente quando estamos diante de um bem cultural assentado num rico manancial de patrimônio cultural que estabelece relações entre si. Ainda mais:

“O *princípio do pluralismo cultural* indica que todas as manifestações da cultura brasileira têm a mesma hierarquia e *status* de dignidade perante o Estado. Nenhuma pode ser oficializada e tampouco privilegiada, não importando a origem, se de segmentos cultos ou populares. Infere-se esse princípio de expressões como ‘o Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais’” (*idem*, p. 74-75).

Os princípios constitucionais precisam ganhar as execuções das políticas públicas. Na mensagem encaminhada ao Conselho Consultivo do IPHAN no transcórre das comemorações dos seus 60 anos de funcionamento (datada de 02/12/1997), o Ministro da Cultura Francisco Weffort reforçou sobre as necessidades de avanços nas políticas públicas de patrimônio cultural, o que exigiria ousadia e habilidade dos gestores:

“Mas já é hora de essas intenções se traduzirem em ações visíveis para a sociedade, o que implica em usar tanto a rica experiência acumulada, como uma indispensável dose de criatividade e ousadia, para superar os obstáculos que porventura ainda existam para alcançarmos esse objetivo” (IPHAN, 2006, p. 55-56).

Por acreditarmos na gestão democrática do campo cultural, então continuamos firmes com a nossa proposta de registro até a sua concretização, especialmente por percebermos o quanto a população de Ouro Preto será beneficiada em vários aspectos.

8. A potencialidade de novas ações entre a comunidade ouro-pretana estabelecida e @s morador@s de repúblicas após a aprovação do registro como patrimônio imaterial

O PROPATRI, que coordena as ações da proposta de registro encaminhada à Prefeitura Municipal de Ouro Preto, já demonstrou em seu ano e meio de atividades o quanto o povo de Ouro Preto será ainda mais favorecido caso a vida republicana seja de fato registrada como patrimônio imaterial de Ouro Preto. Além de lançamento de um livro, de doação de exemplares da obra para todas as escolas municipais e estaduais de Ouro Preto, de levantamentos históricos sobre a população de Ouro Preto, de contribuição para o sentimento de pertencimento de todos com Ouro Preto e mobilização de milhares de ex-alunos e estudantes para as questões da cultura relacionados com a cidade, também construímos um cronograma de ações culturais que serão

desenvolvidas ainda em 2022 e em 2023. A entidade representativa das repúblicas federais de Ouro Preto, a REFOP, quando de sua carta de apoio à proposta de registro datada de 09/03/2023, também pontuou alguns ganhos para a cidade de Ouro Preto com o reconhecimento cultural que pleiteamos com o registro:

“A REFOP vem, por meio desta carta, expressar seu apoio incondicional ao registro do Sistema Republicano como Patrimônio Imaterial de Ouro Preto. As repúblicas federais de Ouro Preto são um patrimônio cultural único, que se destaca por sua arquitetura, história e tradição, sendo o Sistema Republicano parte integrante dessa herança cultural, refletindo a vivência dos estudantes que lá residem. O registro do Sistema Republicano como patrimônio imaterial de Ouro Preto trará benefícios significativos para a cidade e seus moradores, além de contribuir para a preservação e valorização da cultura local. Isso inclui a promoção do turismo cultural, a geração de empregos e renda, bem como o fortalecimento da identidade cultural de Ouro Preto”.

A vida republicana sofreu os riscos inerentes às consequências da pandemia da Covid-19, quando houve uma interrupção das atividades culturais nas repúblicas (como o convívio entre os atuais membros das repúblicas e os formados). Outro fator, que é perturbador para a garantia do baixo custo de vida das repúblicas, é a cobrança abusiva da taxa de água após a privatização do sistema de abastecimento, além do crescimento urbano desordenado que vai extinguindo as boas condições já tradicionalmente conhecidas de uma cidade barata de se viver como estudante morador de república. O enfrentamento desses desafios só é possível com ações, o que exige o reconhecimento oficial das repúblicas como parte do patrimônio cultural de Ouro Preto.

Considerações finais

Com certeza, a riqueza cultural de Ouro Preto vai além de seus monumentos e paisagens históricas. A cidade é reconhecida não apenas por seu patrimônio arquitetônico, mas também por sua gente e identidade cultural única. Ao destacar a importância das pessoas e sua participação na preservação da história e tradições de Ouro Preto, é fundamental incluir diversos aspectos da vida local que não estão listados no conjunto de bens culturais protegidos. Além das repúblicas da UFOP, que desempenham um papel significativo na vida estudantil e cultural da cidade, existem muitos outros grupos e pessoas que contribuem para a identidade de Ouro Preto. Isso inclui artistas, artesãos, músicos, dançarinos, escritores, professores e moradores em geral, que mantêm vivas as tradições culturais e promovem o diálogo entre o passado e o presente. Não devemos esquecer também que a própria UFOP é um bem nacional, com larga contribuição para o Brasil, mas especialmente dos brasileiros que moram em Ouro Preto.

Ao valorizar e preservar essa diversidade cultural, Ouro Preto se torna uma cidade mais inclusiva e aberta a todos. É importante promover a participação de todos os moradores, independentemente de sua origem ou ocupação, para garantir que a identidade cultural da cidade seja representativa e respeitada. Isso pode ser feito por meio de programas de educação, projetos de preservação cultural, festivais, exposições e outras iniciativas que envolvam a comunidade local.

Em suma, ao considerar o patrimônio imaterial de Ouro Preto, é fundamental reconhecer a importância da vida republicana das repúblicas da UFOP, mas também é preciso abranger todas as pessoas e manifestações culturais que contribuem para a identidade da cidade. Ao fazer isso, Ouro Preto se torna uma cidade verdadeiramente patrimônio de todos, onde a diversidade cultural é valorizada e celebrada plenamente. A proteção das territorialidades e do patrimônio imaterial é fundamental para preservar a diversidade cultural, fortalecer a identidade das comunidades e promover o respeito pelos direitos culturais. Que a cidade trate o patrimônio como um todo, inclusive realizando os meios adequados e corretos para o registro da vida

republicana das repúblicas da UFOP como patrimônio imaterial de Ouro Preto. Os levantamentos que fizemos não deixam dúvidas sobre a pertinência do registro, inclusive a necessidade da observância da garantia constitucional de atender aos direitos culturais requeridos.

Referências

- ACADEMIA OURO-PRETANA DE LETRAS. *A família ouro-pretana*. Belo Horizonte: Ed. do Autor, 2011.
- BANDEIRA, Manuel. *Guia de Ouro Preto*. Rio de Janeiro: Tecnoprint, 1967.
- BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). *O registro do patrimônio imaterial: dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial*. 4ª ed. Brasília, 2006.
- CARVALHO, José Murilo de. *A Escola de Minas de Ouro Preto: o peso da glória [online]*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010.
- COMISSÃO OURO-PRETANA DE FOLCLORE. *Manifestações da cultura popular de Ouro Preto*. Ouro Preto: Editora Gold, 2014.
- COSTA, Rodrigo Vieira. História da proteção do patrimônio cultural brasileiro: o lugar do imaterial. In: Francisco Humberto Cunha Filho; Tulio Scovazzi. (Org.). *Salvaguarda do patrimônio cultural imaterial: uma análise comparativa entre Brasil e Itália*. 1ed.Salvador: EDUFBA, 2020, p. 109-172.
- CUNHA FILHO, Francisco Humberto. *Teoria dos direitos culturais: fundamentos e finalidades*. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2018.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. Referências culturais : base para novas políticas de patrimônio. *Políticas Sociais (IPEA), Brasília, v. 2, p. 111-120, 2001.*
- GODOY, Victor Vieira de. *A Escola de Farmácia de Ouro Preto – A memória sublimada*. São Paulo: Metalivros, 2019.
- LISBOA, Miguel Arrojado. A Escola de Minas e Henrique Gorceix. *Revista da Escola de Minas (REM)*, ano XIII, n. 4, p. 19-36, out. 1948.
- MIRANDA, Marcos Paulo de Souza. *Introdução ao direito do patrimônio cultural brasileiro*. Belo Horizonte: 3i Editora, 2021.
- MACHADO, Otávio Luiz (org.). *Sentidos de pertencimento e identidade cultural: as repúblicas estudantis de Ouro Preto e o patrimônio imaterial*. Frutal: Prospectiva, 2022.
- MENICONI, Rodrigo Otávio. *A construção de uma cidade-monumento: o caso de Ouro Preto*. Belo Horizonte: UFMG. Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, 2000.
- PITAGUARY, Geraldo. *A lembrança de Ouro Preto continua sempre comigo: memórias de um aluno da primeira excursão do curso de Museus – MHN em 1945*. Rio de Janeiro: Unirio (Escola de Museologia), 2006.
- RACHE, Pedro. *Homens de Ouro Preto (Memórias de um estudante)*. Rio de Janeiro: A. Coelho Branco Filho Editor, 1954.
- RACIOPPI, Vicente de Andrade. *Estudantes do Rio Grande do Sul em Ouro Preto. Memória Histórica apresentada ao 3º Congresso Sul-Riograndense de História e Geografia Comemorativo do Bi-Centenário de Porto Alegre*. Belo Horizonte: Typ. Castro, 1940.
- REISEWITZ, Lúcia. *Direito ambiental e patrimônio cultural: direito à preservação da memória, ação e identidade do povo brasileiro*. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2004.
- SILVA, Wanderley Alexandre. *Vandico e seus personagens*. Teixeira de Freitas: Constelação Editorial, 2018.
- SOARES, Inês Virginia P; CAMPOS, Yussef D. S.; LANARI, Raul . A. O. (Orgs.) . *Patrimônio Imaterial e Políticas Públicas no Brasil: trajetórias e desafios*. 1ª ed. Belo Horizonte: Grupo Editorial Letramento, 2021.